



Lua Nova

ISSN: 0102-6445

luanova@cedec.org.br

Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
Brasil

McAdam, Doug; Tarrow, Sidney; Tilly, Charles

Para mapear o confronto político

Lua Nova, núm. 76, 2009, pp. 11-48

Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67313619002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

PARA MAPEAR O CONFRONTO POLÍTICO*

Doug McAdam

Sidney Tarrow

Charles Tilly

Apesar de Maquiavel e Clausewitz, nem toda política envolve confronto. Algumas vezes as pessoas trabalham consensualmente, outras vezes reúnem-se para celebrar memórias compartilhadas e frequentemente institucionalizam suas atividades políticas. O confronto político tem início quando, de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas. As reivindicações vão desde súplicas humildes até ata-

* Este texto é nossa contribuição conjunta ao início de um projeto que visa realizar uma síntese teórica e empírica com nossos colegas Ron Aminzade, Elizabeth Perry, Jack Goldstone e Willian Sewell Jr., com o auxílio da Andrew Mellon Foundation, que teve a iniciativa de fazer os Seminars in Studies of Foreign Areas and Cultures. O projeto será administrado pelo Center for Advanced Study in the Behavioral Sciences. Agradecemos a Jack Goldstone, Jeff Goodwin, Roger Gould, Michael Hechter, Hank Johnston, Bert Klandermas, Hanspeter Kriesi, David Meyer, Jeffrey Wasserstrom, Timothy Wickham-Crowley e Mayer Zald pelas críticas feitas às versões anteriores que nos ajudaram a clarificar o texto. Esses comentários identificaram alguns pontos em relação aos quais qualquer opção que fizéssemos iria desapontar parte de nosso público; porém confirmaram que o estudo do confronto político precisava seriamente de uma síntese do âmbito – senão necessariamente do tipo – que estamos defendendo. Citamos a nós mesmos excessivamente neste texto porque ele coloca muito rapidamente alguns dos argumentos que elaboramos, documentamos e classificamos nas publicações citadas. “To map contentious politics”. *Mobilization: An International Journal* 1(1), 1996, pp. 17-34. Tradução de Ana Maria Sallum.

Lua Nova, São Paulo, 76: 11-48, 2009

ques brutais, passando por petições, reivindicações através de palavras de ordem e manifestos revolucionários. O confronto, portanto, depende da mobilização, da criação de meios e de capacidades para a interação coletiva. Nos próximos anos, a revista *Mobilization* certamente dedicará muitas páginas às questões aqui identificadas, não porque falamos sobre elas agora, mas porque muitos estudiosos estão começando a considerá-las cruciais para o futuro da teoria e da pesquisa. Com espírito de comemoração – e, sem dúvida, um pouco de confronto também – saudamos aqui a nova revista, estabelecendo um programa de investigações sobre confronto político.

12

Adotamos o termo “confronto político”, em vez da conhecida tríade “movimentos sociais, revoluções e ação coletiva”, não apenas por economia de linguagem, mas porque cada um desses termos está intimamente identificado com uma subárea específica que é apenas uma parte do domínio acadêmico que este artigo percorre. Incluímos a interação coletiva no confronto político na medida em que: (1) ela envolve confronto, ou seja, faz reivindicações vinculadas a outros interesses e (2) pelo menos um grupo da interação (incluindo terceiros) é um governo, isto é, uma organização que controla os principais meios de coerção concentrados num território definido. Movimentos sociais, ciclos de protesto e revoluções se encaixam neste âmbito de fenômenos. Nossa enfoque mais amplo ajudará a relacioná-los entre si, à política institucional e à mudança social histórica. Este prólogo propõe um esforço sistemático em favor de uma síntese teórica e empírica que abarque as várias subáreas ligadas ao estudo do confronto político.

Sintetizando a teoria e a pesquisa sobre confronto político

Há dois aspectos nas ciências sociais contemporâneas que militam contra a síntese acadêmica e a acumulação de conhecimento: (1) a natureza do trabalho acadêmico, cada

vez mais insular e voltado para subáreas; e (2) as dificuldades inerentes e a falta de recompensas profissionais que encorajem esforços para fazer um inventário teórico/empírico. Juntos, estes aspectos produzem uma proliferação de conhecimentos especializados que pode acrescentar linhas ao currículo, mas pouco ao conhecimento geral.

O estudo do confronto político, mais do que a maioria das áreas de pesquisa, sofre deste mal. Os últimos 25 anos viram uma explosão de trabalhos nesta área, relativos ao passado ou à atualidade. Estes resultaram em literaturas altamente especializadas em, pelo menos, quatro disciplinas – sociologia, história, ciência política e economia – com poucas oportunidades para sintetizar a teoria e a pesquisa através destas comunidades acadêmicas cada vez mais distintas. Nos últimos anos, os “estudos culturais” – um conjunto emergente de percepções da antropologia, estudos literários e história cultural – também entraram no debate. O resultado foi um alto grau de fragmentação, de estudiosos falando ao mesmo tempo, de linguagens diferentes sendo usadas em subáreas diferentes para descrever fenômenos bem similares.

Considere-se o estudo da revolução tal como se desenvolveu na sociologia histórica norte-americana nas últimas duas décadas. As “grandes” revoluções foram usualmente estudadas como fenômenos únicos, o que torna impossível dizer como elas diferem das não tão grandes e das rebeliões, tumultos e confrontos de rotina (Goodwin, 1994; Tilly, 1993). Sua relação com os movimentos sociais ou com o processo político raramente foi abordada (Goldstone, Gurr e Moshiri, 1991). O estudo sistemático da “violência”, iniciada no despertar dos tumultos de gueto nos anos 1960, frequentemente foi visto isoladamente do estudo do protesto pacífico. O mesmo se deu em relação às organizações de movimentos: quase sempre são estudadas separadamente dos fenômenos de massa que se acredita produzi-los (ver Oliver, 1989). O estu-

do de grandes “eventos” históricos foram frequentemente realizados sem levar em conta os avanços significativos feitos pelos sociólogos de orientação quantitativa ao estudar histórias de eventos (Olzak, 1989a; Tarrow, 1995). Greves e conflitos industriais produziram sua própria área de especialidade, dando pouca atenção à intersecção entre a revolta dos trabalhadores e a luta política (ver Goldfield, 1987; Perry, 1993).

14

Recentemente, nós e nossos colegas descobrimos um veículo ideal para realizar o tipo de síntese que tem faltado ao estudo do confronto político. Ele envolve uma parceria inédita e potencialmente criativa entre a Mellon Foundation e o Center for Advanced Study in the Behavioral Sciences (CASBS). A Fundação incluiu uma série de três anos de seminários no seu programa de estudos internacionais e concedeu fundos para a pesquisa e a síntese da literatura relacionada ao estudo do confronto político. De sua parte, o CASBS concordou em ser o responsável institucional, sediar tais seminários e desenvolver, no mesmo local, um projeto especial sobre o tema durante o terceiro ano da série.

Combinados, estes generosos recursos nos permitirão fazer, nos dois primeiros anos do projeto, uma intensa revisão do conhecimento recente nas áreas de movimentos sociais, revoluções comparadas, nacionalismo, democratização, ação coletiva e processos políticos relacionados. O terceiro ano será dedicado então à redação de projetos com o objetivo de resumir e sintetizar o que tivermos aprendido com nossa pesquisa comparativa sobre o conhecimento acadêmico relevante e através de contatos com colegas e com os que escreveram teses em cada uma dessas áreas.

Mais importante do que o próprio veículo é a visão programática do projeto e os objetivos intelectuais que guiarão nosso esforço. Sentimos desânimo ao constatar a estrutura fragmentada em subáreas que passou a caracterizar o estudo dos confrontos políticos, passados e atuais. Este senti-

mento prejudica os jovens estudiosos, que frequentemente elaboram teses sem ter contato com outros que trabalham em áreas relacionadas em outras disciplinas ou sob a influência de paradigmas concorrentes. Portanto, queremos avaliar e sintetizar o que foi feito nas literaturas que tenham relação com o confronto político. Se conseguirmos favorecer a padronização conceitual desta área como um todo, tanto melhor. Mas visamos principalmente a identificação de analogias causais – a descoberta de que processos políticos ostensivamente diferentes têm, de fato, propriedades causais similares. Nossos esforços serão guiados por quatro amplos objetivos acadêmicos.

Primeiro, precisamos mapear o âmbito do conhecimento contemporâneo que seja relevante à compreensão do confronto político. Em termos práticos, isso significa identificar o conjunto de subáreas na história, na sociologia, na ciência política e na economia onde estejam sendo produzidos conhecimentos relacionados ao nosso tema.

Segundo, tendo definido o universo de conhecimento relevante para o nosso projeto, esperamos produzir uma síntese inicial da teoria e pesquisa disponíveis nas várias subáreas relacionadas às nossas preocupações. Neste estágio preliminar do que deverá ser um processo contínuo e colaborativo, não estamos ainda em situação de afirmar nada definitivo. Ao invés, daremos simplesmente, mais adiante neste texto, vários exemplos ilustrativos dos tipos de linhas sintéticas de pesquisa que esperamos explorar nos próximos anos com nossos colegas do projeto e também de fora.

Terceiro, com a síntese em mãos, vamos nos voltar para a questão das “condições de ocorrência” do confronto político. Isto é, quão efetiva é esta síntese – considerada como um amplo conjunto de conceitos analíticos em vez de uma teoria em si – ao explicar a natureza e a dinâmica do confronto político em épocas e lugares diferentes. Suspeitamos que as teorias atuais sobre o confronto político se sustentam

15

melhor quando aplicadas aos cenários que foram estudados mais intensamente por especialistas em movimentos sociais – democracias contemporâneas dos países centrais –, e não se aplicam tão bem a outras eras e regimes. Portanto, refletindo sobre o que pensamos ter aprendido sobre confronto político, queremos ficar atentos às variações no contexto e aos seus efeitos hipotéticos sobre a dinâmica da ação coletiva.

16

Finalmente, tendo avaliado a extensão do estudo sobre confronto político em várias épocas históricas e distintos contextos políticos, queremos refletir seriamente sobre como as formas e a dinâmica do protesto popular estão mudando no contexto do que alguns chamaram de época da “globalização”. Não presumimos nada sobre estes processos. De fato, continuamos cépticos em relação às versões mais fortes da teoria da globalização, especialmente aquelas que descrevem o estado-nação como fadado a desaparecer a curto prazo. O que nos parece mais plausível – e mais intrigante – é o crescimento do intercâmbio político transnacional e a possível ascensão de um tipo de sistema político regional (sendo a União Europeia um evidente exemplo atual) em que as nações compartilham cada vez mais a soberania com instituições transnacionais e talvez até subnacionais. A questão interessante e importante é: “como se apresentará o confronto político no contexto de tal estrutura e como afetará uma herança crucial do Estado consolidado – o movimento social nacional”?

Isso já é demais para nossos objetivos. Vamos analisá-los um de cada vez, esboçando o que pensamos provisoriamente sobre cada um deles e fornecendo exemplos curtos em vez de análises teóricas exaustivas ou apresentações empíricas. Trabalharemos desta forma tanto para clarificar nosso próprio pensamento sobre tais assuntos como para solicitar um retorno crítico neste momento inicial de nosso projeto colaborativo. Começamos com uma investida preliminar sobre a tarefa fundamental de catalogar as pesquisas sobre confronto político.

Lua Nova, São Paulo, 76: 11-48, 2009

O estudo do confronto político

O mapeamento do estudo do confronto político poderia ser feito de forma abstrata ou epistemológica. Se tomarmos a ontologia como princípio norteador do mapeamento, por exemplo, poderíamos diferenciar o *individualismo metodológico*, que reduz a realidade social a ações automotivadas de atores individuais; o *individualismo fenomenológico*, com sua redução paralela da realidade social à consciência dos atores – individual ou coletivo; as *teorias dos sistemas*, em que as coletividades – incluindo a grande coletividade chamada sociedade – seguem uma lógica autônoma e coercitiva; e *modelos relacionais*, em que transações, interações ou laços sociais são o ponto de partida da análise. Cada uma dessas visões tem fortes representantes entre os analistas do confronto político.

Poderíamos também usar a epistemologia (da céтика à positivista) como nosso ponto de partida; estrutura causal (de campos de variáveis em interseção à tomada de decisão racional), tradições analíticas (exemplo, marxista ou weberiana), ou até a escala de unidades sociais (de indivíduos a civilizações) poderiam ser nossas bases de classificação.

Entretanto, preferimos apresentar hipóteses relativas a conjuntos (*clusters*) produzidos por entendimento mútuo que evidenciariam se realmente catalogamos todos os estudos acadêmicos sobre confronto político durante as últimas décadas; então identificamos os conceitos, argumentos, métodos, fontes e citações em comum resultantes. Pretendemos mapear as literaturas usualmente relacionadas ao nosso conceito central de confronto político.

Um mapa do confronto político

Imaginamos que tal mapa deveria conter quatro conjuntos principais: (1) um vasto e crescente conjunto de histórias políticas agrupadas principalmente por tempo e lugar e

ligadas por pouca teorização explícita¹; (2) estudos teoricamente mais autoconscientes sobre mudança social local, regional e/ou de categoria nos quais o confronto político constitui apenas parte de uma matriz causal mais ampla; (3) análises de políticas orientadas para o Estado como tal; e (4) tentativas de selecionar várias formas de conflito e violência para serem explicadas em seus próprios termos. Em cada um desses conjuntos, eis alguns nomes para subdivisões plausíveis:

- 18
- 1) *histórias políticas*: monografias locais, regionais e nacionais agrupadas principalmente por tempo, lugar e grupo populacional;
 - 2) *mudança social definida pela geografia ou categoria*: trabalho, gênero, grupo doméstico e vizinhança; raça, etnicidade e religião; formação de classes, conflito de classe e ação de classe; conflito industrial;
 - 3) *políticas orientadas para o Estado*: movimentos sociais; redes sociais, grupos de interesse, partidos, eleições e influência política; vida pública e autoridade; identidade política, cidadania e nacionalismo; mudanças de regime, incluindo a democratização e a formação do Estado; revolução, rebelião, resistência e protesto; guerra, poder militar, imperialismo e relações internacionais;
 - 4) *conflito e violência em si*: banditismo, crime, policiamento e repressão; violência, política e outras; ação coletiva e confronto em geral.

¹ Este vasto domínio é usualmente pensado como área exclusiva de historiadores profissionais, mas a historiografia tem se tornado, nos últimos vinte anos, cada vez mais explicitamente teórica e as monografias puramente descritivas, animadas por uma paixão por movimentos específicos, continuam a ser produzidas na sociologia e na ciência política. Importantes e recentes críticas históricas e sínteses de trabalhos históricos sobre confronto político incluem Appleby e Margaret (1994), Berlanstein (1993), Cooper (1994), Hanagan (1994), Ranciere (1992) e Sewell (1992).

Naturalmente tal mapa pareceria mais uma galáxia do que um pequeno sistema solar ordenado: em vez de quatro planetas bem definidos, cada um com sua geografia coerente, encontráramos nuvens de estrelas com faixas de luz entre elas. Nossa taxonomia afirma apenas uma relação escalar, no interior e entre os conjuntos: que, por exemplo, os estudantes de guerras, do poder militar, do imperialismo e das relações internacionais compartilham mais conceitos, argumentos, métodos, fontes e citações entre si do que os estudantes de revoluções, das rebeliões, da resistência e do protesto em relação aos especializados em trabalho, gênero, grupo doméstico e vizinhança que venham a assumir o confronto político como parte de seu objeto.

Estas distâncias e distinções, embora sejam uma parte natural da divisão do trabalho acadêmico, são prejudiciais ao progresso da teoria social interdisciplinar e geral. Por exemplo, dentro do conjunto dois, sob o título “mudança social local e regional”, colocamos “raça, etnicidade e religião”, um assunto que tem atraído cada vez mais estudiosos nos últimos anos, na medida em que a desagregação dos impérios encorajou grupos minoritários a se mobilizarem por autonomia e, às vezes, pela destruição física de seus vizinhos. Mas até mesmo uma rápida olhada nas categorias do conjunto três (“política orientada para o Estado”) indica-nos que há pelo menos três subcategorias relevantes ao estudo da etnicidade do conjunto dois: “identidade política, cidadania e nacionalismo”, “mudanças de regime” – especialmente em relação à democratização – e, de forma mais notável, “movimentos sociais”. Contudo, quando nos voltamos para a literatura recente sobre conflito étnico descobrimos que muito dela não se dá conta de sua relação com a teoria dos movimentos sociais.

Isso significa que o conflito étnico não tem a ver com movimentos sociais? Que a teoria dos movimentos sociais tem pouco a dizer sobre o conflito étnico? Ou (como suspei-

tamos) que a especialização acadêmica deixou muitos estudiosos dos conflitos étnicos sem informação sobre os avanços recentes na teoria dos movimentos sociais²? Por outro lado, os teóricos dos movimentos sociais do Ocidente esco- lheram geralmente movimentos mais delimitados, menos voláteis para estudar do que os baseados na etnicidade e na religião. A falta de proximidade não é desculpa; definições usadas pelos estudiosos dos movimentos sociais incluem claramente o conflito étnico, ainda que poucos teóricos de movimentos (se é que algum) tenham aplicado suas teorias para analisá-los (a raça, nos moldes do movimento americano pelos direitos civis, é a maior exceção). A conexão entre os conjuntos teria um grande potencial tanto para impedir os estudiosos de etnicidade e de movimentos sociais de falarem sem dialogar como para construir uma ciência social dos movimentos étnicos teoricamente mais integrada.

20 A longo prazo, queremos conformar ideias que permeiem esses diversos conjuntos e literaturas; a curto prazo entretanto, buscamos oportunidades para relacionar duas ou três literaturas menores de cada vez na esperança de somar mais princípios gerais neste processo. Não podemos saber antecipadamente todas as linhas de pesquisa que serão adotadas em nosso projeto colaborativo, mas já propusemos alguns tópicos que queremos explorar conjuntamente. Nas próximas três seções esboçamos três pares de “ligações no interior dos conjuntos” para ilustrar os tipos de síntese que esperamos produzir por meio das muitas literaturas relacionadas com algum aspecto do confronto político: (1) conectando movimentos sociais, ciclos e revoluções; (2) relacionando identidades coletivas e redes sociais; (3) ligando política institucional e ação coletiva.

² Mesmo Roger Brubaker, um hábil analista do nacionalismo, pesquisa o nacionalismo recente na Europa pós-1989 sem tocar em movimento social (ver, por exemplo, Brubaker, 1995).

Movimentos sociais, ciclos e revoluções

Um movimento social é uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar ela sendo injustamente prejudicada ou ameaçada por isso. Precisamente porque o confronto político constitui um terreno analítico contínuo com nada mais do que fronteiras fluidas, qualquer definição de movimento social provocará objeções imediatas de estudiosos de áreas adjacentes que se concentram nas suas semelhanças; esta definição específica exclui as reivindicações coletivas de poderosos em relação a poderosos, esforços coletivos para se evadir ou se autorrenovar e alguns outros fenômenos próximos que, de fato, compartilham características importantes com as interações que estão dentro das fronteiras. Nós nos concentramos nas relações dominantes-subordinados baseados na hipótese de que o confronto que envolve uma desigualdade substancial entre os protagonistas tem características gerais distintivas que ligam movimentos sociais a revoluções, rebeliões e nacionalismos de base popular (*bottom-up*).

As ações públicas no interior de um movimento combinam as demandas coletivas dirigidas às autoridades com demonstrações que asseguram que a população em questão e/ou seus representantes mobilizados são merecedores, unificados, numerosos e comprometidos. Até certo ponto, o número e o comprometimento se intercambiam; demonstrações de disposição de morrer ou matar por uma causa, por exemplo, podem funcionar para uns poucos – esta é a razão de fases terroristas de ciclos de protesto surgirem usualmente no fim do ciclo, quando o comprometimento das massas já diminuiu (Della Porta e Tarrow, 1986).

Nesses termos amplos, os movimentos sociais já existiam pelo menos desde o tempo – milênios atrás – em que os cultos religiosos dissidentes e rebeldes tribais se ergueram

contra igrejas estabelecidas e impérios. Quando surgiram os regimes parlamentares ocidentais no século XIX, formou-se um tipo especial de movimento social – o movimento social nacional – que se generalizou e rapidamente se tornou um padrão fixo de lutas políticas nacionais. Começando na Grã-Bretanha no século dezoito e espalhando-se inicialmente para a América do Norte e para o continente europeu e, depois, através da imprensa, do trabalho missionário e do colonialismo, para o Terceiro Mundo, o movimento social nacional chegou a envolver associações, exibições simbólicas, publicações, reuniões, passeatas, demonstrações, petições, grupos de pressão e ameaças de intervenção direta na vida política formal (Tilly, 1995b; Tarrow, 1994). Isso acontece ainda hoje.

Os participantes de movimentos nacionais fazem reivindicações às autoridades, mas também afirmam suas próprias identidades – ou as das populações em nome das quais dizem falar – como atores dignos, significativos e solidários. De fato, a efetividade dos movimentos sociais em demonstrar a presença de – e formar identidades coletivas para – atores sociais negligenciados ajuda a compensar sua notória ineficiência como maneira de promover programas e reivindicações específicas. Afinal, historicamente, matar o coletor de impostos acaba com a coleta de um imposto odiado de forma mais imediata e definitiva do que escrever petições com o mesmo objetivo. A confiança nas estratégias de um movimento social implica confiar que a ação basicamente não-violenta e cumulativa fará afinal diferença política.

De fato, tal tipo de ação só faz uma diferença na medida em que ela: a) forja alianças de consciências ou de interesses com membros existentes no sistema político; b) representa uma ameaça plausível de interromper processos políticos rotineiros; c) coloca outra ameaça plausível ou influência direta na arena eleitoral; e/ou d) provoca pressão de detentores de poder externos sobre as autoridades. Assim,

as estratégias dos movimentos sociais prometem mais onde já existem política parlamentar, instituições democráticas e competição política duradoura.

Ao contrário da oposição entre “identidade” e “interesse”, salientada por muitos intérpretes da política popular durante os anos 1970 e 1980, os participantes dos movimentos sociais nacionais sempre afirmaram algum tipo de síntese entre identidade e interesse. Por exemplo, a partir da teoria do valor do trabalho, no auge do século dezenove, os trabalhadores organizados sempre afirmaram que sua contribuição coletiva à produção nacional não apenas justificava direitos a um tratamento adequado e pagamento justo por sua produção, mas também estabelecia suas identidades próprias e dignas. Enquanto alguns movimentos – por exemplo, o movimento das mulheres e o movimento pelos direitos dos homossexuais – fazem um trabalho de “enquadramento interpretativo” (*framing*) (Snow *et al.*, 1986) para o reconhecimento ou mudança de identidades coletivas, isto não é uma invenção dos “novos” movimentos sociais dos anos 1980; ao contrário, vemos um “trabalho de criação de identidade” acontecendo entre muitos dos grupos mais orientados por interesses no início do século dezenove (Calhoun, 1994; D’Anieri, Ernst e Kier, 1990).

23

Ciclos e repertórios

Em vez de ocorrerem separadamente, um de cada vez, os movimentos sociais nacionais frequentemente vêm em ciclos de reivindicações. Logo que os “primeiros insurretos” dão início ao ciclo, cada vez mais demandantes disputam reconhecimento e resposta. Isto continua até um ponto de intensidade máxima, depois seguido por um declínio na frequência, no sucesso e na civilidade das reivindicações e dos demandantes (Koopmans, 1993; Tarrow, 1989 e 1995). Múltiplos reivindicantes incluem representantes legais dos mesmos interesses, defensores dos interesses estabelecidos

Lua Nova, São Paulo, 76: 11-48, 2009

ameaçados por novas reivindicações, defensores de interesses adjacentes e grupos ligados a interesses não relacionados que aproveitam oportunidades de alianças ou de pressões sobre as autoridades assediadas. Como resultado, os ativistas se empenham muito para criar coalizões e tentar formar identidades coletivas mais amplas em torno delas, disputando o controle de organizações, eliminando agendas rivais, criando expressões de apoio unificado para seus próprios programas e negociando com as autoridades.

Tal como o confronto coletivo em geral, as ações dos movimentos sociais assumem a forma de repertórios: números limitados de desempenhos alternativos historicamente estabelecidos ligando reivindicadores a objetos de reivindicação (Tilly, 1978 e McAdam, 1983). Grandes desempenhos incluíram a criação de associações ou partidos de interesse especial, reuniões públicas, demonstrações, passeatas, campanhas eleitorais, empenho para fazer petições, pressão, ocupação forçada de terras e edificações, programas de publicações, formação de instituições de serviço público e construção de barricadas (Traugott, 1995). Atualmente, os ativistas de movimentos sociais podem criar também *hotlines*, aparecer em programas de televisão e organizar fóruns de correio eletrônico – frequentemente ultrapassando fronteiras nacionais.

Os repertórios não são simplesmente uma propriedade dos atores do movimento; são uma expressão da interação histórica e atual entre eles e seus opositores. Assim, a demonstração pública – reprimida por ser uma ameaça à ordem até 1848 na Grã-Bretanha – foi aceita e regularizada pela prática policial nos fins do século dezenove. Mais recentemente, as táticas empregadas pelo movimento americano pelos direitos civis nos anos 1950 e 1960 refletiram a disputa entre a repressão e a facilitação, assim como a força do movimento e suas visões estratégica e tática. As autoridades reagem à difusão de um novo repertório com repressão,

facilitação e, em muitos casos, desenvolvendo estratégias de controle social que transformam uma nova tática em parte do repertório convencional (McCarthy, Britt e Wolfson, 1991; Della Porta, 1995).

Os repertórios existentes corporificam uma tensão criativa entre inovação e persistência, refletindo suas lógicas instrumental e expressiva muito diferentes. A eficácia instrumental de um repertório deriva basicamente de sua novidade, de sua habilidade de, temporariamente, pegar desprevenidos oponentes ou autoridades e de criar exemplos de desordem pública que são custosos aos interesses estabelecidos. O uso repetido do mesmo repertório diminui sua eficácia instrumental e, desta forma, encoraja a inovação tática. Esta é a maior razão para a escalada e a radicalização das táticas em muitas campanhas de movimentos, e leva os movimentos a fazerem concessões às suas facções mais radicais, condenando-os a serem descritos com sucesso como “extremistas” por seus oponentes e pela mídia.

No entanto, os repertórios têm também uma função expressiva cuja lógica encoraja a persistência em vez da mudança. A lógica expressiva do repertório raramente foi reconhecida, mas ajuda a explicar por que os repertórios convencionais persistem apesar das vantagens instrumentais da inovação. Especialmente durante os estágios iniciais de um ciclo de protesto, as escolhas táticas feitas por grupos desafiantes expressam sua identificação com os primeiros insurgentes e sinalizam uma definição mais ampla e inclusiva da luta que surge. Retrospectivamente, os estudiosos podem ver um ciclo – especialmente um ciclo de reforma – como um conjunto de 6, 7, 8... n movimentos distintos –, mas esta visão quase sempre distorce a perspectiva dos participantes na época. Eles se consideraram apenas uma parte de uma ampla comunidade político-cultural que se expande rapidamente lutando a mesma luta em algumas frentes relacionadas. E uma parte significativa do que une e defi-

25

ne esses vários grupos como uma comunidade coerente é sua dependência persistente das mesmas formas modulares (Tarrow, 1994, cap. 2; Tilly, 1995c).

Os ciclos de movimentos e os repertórios relacionam-se também de outras maneiras. Primeiro, dentro de um mesmo ciclo, temas, símbolos e inovações táticas de ações individuais e grupais influenciam uns aos outros, como ocorreu quando os estudantes americanos se apropriaram da tática de sentar-se passivamente (*sit-in*) e de outros quadros de ação coletiva usados pelos ativistas pelos direitos civis nos anos 1960 (McAdam, 1988). Segundo, a interação intensa de um ciclo gera oportunidades e incentivos para inovações que são muito mais raras e mais arriscadas fora destes ciclos. Terceiro, o próprio movimento de um ciclo que vai de uma fase expansiva para uma retração altera as situações estratégicas de todos os participantes, mudando com isso a atratividade relativa de formas diferentes de interação, sem mencionar a proeminência relativa de outros atores como modelos, inimigos, rivais ou aliados. Quarto, as formas de ação associadas a reuniões de apoio, a obtenção de publicidade ou a pressão de reivindicações tendem a generalizar-se e tornar-se acréscimos de longo prazo aos repertórios de ação coletiva. Aquelas que são associadas de forma repetida e visível a fracassos tendem a desaparecer.

Os movimentos sociais se desenvolvem dentro de limites colocados por estruturas prevalecentes de oportunidade política: as organizações formais de governo e de políticas públicas; a facilitação e a repressão das reivindicações dos grupos desafiantes por parte das autoridades e a presença de aliados potenciais, rivais ou inimigos afetam, de forma significativa, qualquer padrão de confronto do sistema político. As organizações de movimentos sociais, por exemplo, comumente criam estruturas paralelas àquelas dos detentores do poder aos quais dirigem suas demandas; em geral, um Estado altamente centralizado gera organizações de

movimentos mais centralizadas do que um Estado federal fragmentado (Kriesi *et al.*, 1995). Contudo, num prazo mais longo, a ação do movimento social também altera as estruturas de oportunidade, principalmente ao contribuir para mudanças nos modos conhecidos de reivindicar, nas formas de repressão e facilitação por parte das autoridades e nas identidades políticas estabelecidas.

De movimentos a revoluções

Essas regularidades nos movimentos sociais sugerem paralelos surpreendentes com as revoluções. Uma revolução é uma alteração rápida, violenta e durável do controle social sobre um Estado, o que inclui uma fase de soberania abertamente contestada. Podemos facilmente distinguir entre situações revolucionárias (momentos de profunda fragmenção do poder do Estado) e resultados revolucionários (transferência do poder do Estado para novos atores), considerando como uma revolução completamente desenvolvida qualquer combinação extensiva dos dois (Tilly, 1993). As formas e temas da revolução variam significativamente com as estruturas de oportunidade política: a) apresentando pretendentes dinásticos onde a dinastia tem normalmente uma sucessão definida de novos governantes e b) assumindo formas nacionalistas onde o sistema de governo já trabalha com populações que demandam identidades nacionais distintas.

As situações revolucionárias se parecem com casos extremos de ciclos de movimentos sociais: quando aumenta a divisão no interior de um sistema político, todos os direitos e identidades passam a ser contestados, a possibilidade de permanecer neutro desaparece e a vulnerabilidade do Estado torna-se mais visível para todos os envolvidos. Assim como a mobilização bem-sucedida de um dos contendores do movimento social estimula as reivindicações tanto entre os rivais como entre os aliados, os revolucionários que rei-

vindicam o poder do Estado incitam mobilizações ofensivas ou defensivas de grupos anteriormente inativos. Além disso, a tomada de fato de parte do poder do Estado por um grupo altera imediatamente as perspectivas de atores retardatários que precisam escolher entre aliança, ataque, autodefesa, fuga e desmobilização. Consequentemente, as rivalidades, coalizões, reivindicações e ações defensivas aumentam rapidamente. Os estudiosos do confronto, devendo à sua propensão de ver movimentos sociais e revoluções como gêneros separados, cada um deles com suas próprias leis imutáveis, ainda não começaram a explorar esses paralelos e intersecções entre os movimentos, ciclos de protesto e revoluções (ver Goldstone, 1994).

Identidades coletivas e redes sociais

Outro segmento de nosso mapa inicial ilustrará o problema de conexões que não foram realizadas e a urgência de reunir duas perspectivas diferentes sobre o confronto político, identidades coletivas e redes sociais. O papel da formação da identidade coletiva nos movimentos sociais, enfatizado pelas abordagens construtivista e cultural, tornou-se recentemente um aspecto importante na teorização sobre o confronto político³. Esta ênfase logo foi ultrapassada, dado o caráter distintivo da vida moderna identificado por inúmeros analistas sociais (ver, por exemplo, Berger e Luckmann, 1967, p. 64). Na sociedade pré-moderna, afirmam esses dois autores, a vida social era estritamente circunscrita devido à evidente falta de mobilidade geográfica e social. O efeito prático destas restrições era criar uma forte equivalência

³ Os trabalhos de Alberto Melucci (1988 e 1989) são fontes de muitas pesquisas recentes. Para uma excelente compilação de trabalhos sobre identidade política, ver Calhoun *et al.* (1994). De fato, esta teorização volta até a explicação de Pizzorno – e tem mais raízes “estruturalistas” do que os defensores da recente “abordagem cultural” reconhecem – sobre a vitalidade e espontaneidade da revolta dos trabalhadores italianos nos anos 1960. Ver Pizzorno (1978) e o trabalho inspirado por ele em Crouch e Pizzorno (1978).

estrutural entre o indivíduo e o grupo. De fato, na maior parte dos lugares e épocas, o indivíduo vivia toda sua vida numa única tribo ou em grupo isolado similar. Modernamente, sem dúvida estremecemos só de pensar numa vida como essa. Os limites empíricos desta vida seriam para nós um anátema. Contudo, apesar de todas as óbvias carências associadas a tal existência, não se veria entre elas uma falta de sentido e de identidade.

Tudo isso, afirmam Berger e Luckmann, começou a mudar com a rápida ruptura da forte equivalência estrutural entre o indivíduo e o coletivo que caracterizava a sociedade pré-moderna. Alimentada por três tendências – a expansão do capitalismo industrial, a urbanização e o surgimento do moderno Estado-nação – esta transformação começou no início da Europa moderna e se acelerou nos séculos dezoito e dezenove. Os analistas já tinham notado há muito tempo o significado e o momento em que ocorreram estas tendências e o papel que desempenharam na transformação da vida política e econômica. Entretanto, o que não se notou tão frequentemente foi o que se pode denominar mudanças “ontológicas” ocasionadas por elas. De modo bem simples, a “modernidade”, o conjunto de tendências que “liberaram” o indivíduo do isolamento da sociedade pré-moderna, alterou fundamentalmente a estrutura ontológica e a dinâmica da vida social. Significado e identidade passaram a ser menos característicos de algum “mundo da vida” estável e mais uma realização social colaborativa.

O que isso tem a ver com confronto político? A transformação da vida, de pré-moderna a moderna, tornou a política popular uma das fontes principais da construção de sentido e de identidade na vida social. Consideramos que isso é uma lição duradoura de *The making of the English working class*, de E. P. Thompson (1964). Com isso, Thompson liberou a análise de classe de sua prisão produtivista, mas deixou de lado modos não classistas de formação da

29

identidade coletiva e a relação específica entre a ação coletiva e a identidade coletiva.

Mas que ações criam novas identidades? Como estudiosos de movimentos sociais, ação coletiva e revoluções ainda temos de criar uma verdadeira microbase relacional para explicar a formação de identidades coletivas novas e transformadas. Alguns estudiosos analisaram a interação face a face de pequenos grupos para identificar este processo, que Melucci (1988) chama de “negociação” de identidades coletivas. Mas esta microperspectiva isola o grupo face a face do movimento maior do qual é parte e de suas relações com outros significativos: antagonistas, aliados e agentes culturais mais amplos que restringem e incentivam a ação coletiva (Snow e Benford, 1992; Snow *et al.*, 1986). No decorrer de nosso projeto esperamos fazer da formação relacional de identidades coletivas um dos principais objetivos da síntese conceptual. Duas abordagens atuais nos dão alguns indícios.

30

Escolha racional e análise de redes

Os que propõem a perspectiva da escolha racional estão corretos em salientar a importância do estudo do ativismo individual. Enganam-se, a nosso ver, na sua concepção extremamente estreita e geralmente materialista de incentivos e no seu retrato do indivíduo quase sempre anônomo. Tem-se a imagem de um *outsider* isolado decidindo se vai ou não aderir a uma certa ação coletiva “oferecida” por algum tipo de empreendedor. O que falta a esta visão é o grau de inserção e investimento ontológico dos indivíduos em vários tipos de estruturas e práticas sociais.

A falha das primeiras teorias de escolha racional em reconhecer e investigar esta inserção da ação coletiva distorceu o processo de recrutamento e agregação e deixou os estudiosos insensíveis a toda uma classe de incentivos que parecem ser decisivos na maioria dos casos. Teóricos mais recentes reconheceram que há diferentes problemas e solu-

ções relativas à ação coletiva. O “dilema do rebelde”, salienta Mark Irving Lichbach, tem uma variedade de soluções diferentes (Lichbach, 1995, p. xii). Lichbach aproxima um pouco mais a teoria da escolha racional da inserção social que vemos nos processos de mobilização. Entre as soluções que ele vislumbra para o “dilema do rebelde” estão os mercados, as comunidades, os contratos e as hierarquias.

Por seu lado, os analistas de rede do confronto político salientaram a inserção social e organizaram evidências impressionantes do seu papel na mediação do recrutamento e agregação para o ativismo (Gould, 1991 e 1993; McAdam, 1986). Mas “em geral calaram-se sobre a dinâmica sociológica básica que dá origem aos achados relatados... na maioria dos casos, não se oferece nenhuma teoria para explicar os efeitos observados” (McAdam e Dieter, 1993, p. 641). Fica-se com uma imagem inquietante do indivíduo como um autômato estrutural, forçado a agir pela força desta ou daquela inserção social.

Os analistas de rede dos movimentos sociais nunca explicarão completamente os efeitos marcantes que seus modelos prognosticam sem abordar explicitamente a questão dos incentivos, motivações e identidades coletivas.

Podem-se fazer progressos com essas linhas. Nossa caracterização inicial de pessoas “inseridas e ontologicamente comprometidas em vários tipos de estruturas e práticas sociais” sugere a direção que pretendemos tomar. Supõe-se que a maioria das pessoas participe da ação coletiva que está baseada nas comunidades das quais derivam os significados e identidades importantes para sua vida e bem-estar. Ao oferecer esta proposição não supomos nenhum cálculo consciente da parte do indivíduo. Mesmo sem avaliar conscientemente custos e benefícios, as pessoas agem para confirmar ou salvaguardar as fontes centrais de significado e identidade em suas vidas, especialmente quando há modelos disponíveis na forma de repertórios e reivindicações inseridas na história do grupo.

São comuns os exemplos na literatura histórica recente sobre o confronto político: na América do Norte, seria difícil explicar a rápida mobilização e difusão do movimento pelos direitos civis sem reconhecer que se tornou firmemente inserido em duas instituições – as igrejas negras e as faculdades – centrais para a vida e identidade dos sulistas negros (McAdam, 1982, pp. 12-31). Na França, os achados de Roger Gould (1991, 1993 e 1995) sobre a grande participação da vizinhança na Comuna de Paris podem ser interpretados da mesma maneira. Aproveitando-se das fontes estruturais de sentido e identidade na vida das pessoas, os líderes da insurreição que produziu a Comuna conseguiram assegurar apoio para sua causa.

Além disso (e aqui nos voltamos para o potencial de *construção de identidade* do confronto político), os dois conjuntos de eventos acima descritos mudaram as identidades de forma duradoura. Quando o movimento americano pelos direitos civis declinou no fim dos anos 1960, ele fundamentalmente mudou o significado de ser afro-americano. De modo semelhante, embora a Comuna de Paris tenha sido implacavelmente destruída, ela deixou atrás de si um significado novo e mais coletivista do termo “republicano”, gerando uma inserção mais profunda dessas ideias nas classes mais baixas de Paris. E quando os bolcheviques de Lenin adotaram o nome “Comunistas”, a herança da Comuna tornou-se internacional.

Esses exemplos contradizem a imagem tradicional da escolha racional de indivíduos isolados optando pela ação coletiva ou abandonando-a, e ajudam a explicar por que o alardeado problema do “carona” (*free-rider*) pode não ser tão problemático no final das contas. A maior parte dos movimentos não surge porque os *outsiders* são induzidos a se juntar à luta; ao invés, eles são agregados a partir da solidariedade e dos compromissos ontológicos das estruturas primárias de mobilização do movimento que estão, por sua

vez, ligadas às comunidades de identidade comunicadas por meio de redes sociais.

Movimentos sociais e política institucional

Nossa insistência anterior nas continuidades entre os movimentos, ciclos e revoluções e, na última seção, sobre a inserção da ação coletiva nas comunidades e redes sociais ressalta uma afirmação mais básica: a de que não há nenhuma descontinuidade fundamental entre os movimentos sociais e a política institucional. Não apenas rejeitamos o argumento de que a atividade do movimento social é irracional; afirmamos que tal atividade é uma escolha estratégica entre outras feitas pelos atores quando é a resposta mais apropriada aos seus recursos, oportunidades e restrições. A atividade do movimento social é escolhida como uma alternativa – determinada pela situação – a uma variedade de outras formas de comportamento, que vão desde ações coletivas não estruturadas, organizações de grupos de interesse até ativismo no interior de partidos políticos e instituições.

Embora não seja controversa em si, esta afirmação conduz a várias outras:

Primeiro, de que não há atores ou grupos inerentemente orientados para movimentos sociais, mas apenas situações, capacidades e restrições que fazem surgir atividades de movimento social.

Segundo, à medida que essas situações, capacidades e restrições se desenvolvem, os mesmos grupos que agem nas ruas e montam barricadas podem ser encontrados em grupos de pressão, escritórios de jornais e em partidos políticos.

Terceiro, esses vários tipos de atividades podem ser combinados no repertório dos mesmos grupos e podem até ser empregados simultaneamente.

Quarto, os movimentos podem cooperar com os partidos e grupos de interesse, competir com eles por apoio ou tentar ocupar o mesmo espaço político.

33

Para acrescentar detalhes empíricos à nossa perspectiva, considere um fenômeno como o movimento anti-imigração, a Frente Nacional Francesa (*French National Front*). Certamente, ela é um partido político que disputa eleições, apresenta propostas políticas e busca obter cargos públicos. Mas reflete também a presença difusa de milhões de franceses que não se sentem representados e cuja identidade em formação como um movimento anti-imigração é muito evidente, tanto devido aos frequentes ataques físicos a imigrantes como pelo apoio crescente, registrado em pesquisas, a políticas anti-imigratórias. Se conceituarmos os movimentos apenas como formas alternativas e mutuamente exclusivas de partidos, seríamos forçados a escolher uma identidade para a Frente Nacional que ignorasse sua dupla face de partido e movimento e também a focalizar apenas um nível de atividade e ignorar outros que não “combinassem” com nossa opção.

34 Note as implicações para os pesquisadores: os estudos que focalizam apenas movimentos, ignorando seu lugar na luta política como um todo, tornam difícil captar as suas mudanças relativas a apoios, táticas e objetivos porque são profundamente afetados por seus recursos, oportunidades e restrições – assim como por outros atores na luta política (Kriesi *et al.*, 1995).

Pode-se objetar que alguns movimentos não são “instrumentalmente orientados”, como partidos e grupos de interesse, mas são expressivos e visam a elaboração de objetivos internos, como a formação de identidades coletivas (Cohen, 1985; Melucci, 1988). Respondemos, em primeiro lugar, que os partidos e grupos de interesse também têm como tarefa fundamental o enquadramento interpretativo (*framing*) de identidades coletivas; segundo, que as atividades expressivas dos movimentos envolvem a manifestação tanto da identidade como do interesse; e que, diante de estados ativos e influentes, até os movimentos autorreferidos encontram o

poder do Estado em alguns pontos e ajustam suas estratégias em resposta a isto. As identidades precisam ser reconhecidas para serem validadas e os estados e seus anexos são as agências mais simbolicamente poderosas para tal reconhecimento (Calhoun, 1994, p. 21).

Se pensássemos que os movimentos sociais são simples agregados de identidades e interesses, estaríamos inclinados a estudá-los por meio de seus documentos, de suas declarações públicas e de sua negociação interna de identidades coletivas. Mas os movimentos também combinam as reivindicações coletivas às autoridades com demonstrações de que a população é merecedora, unificada, numerosa e comprometida. E isso dirige nossa atenção para as ações públicas – as *performances* – que os movimentos apresentam, tanto para marcar suas demandas às autoridades como para criar e manter seus adeptos. Em outras palavras, nossa concepção de movimentos dirige o foco metodológico para o estudo sistemático e historicamente estruturado da ação coletiva de confronto⁴.

O uso de fontes públicas disponíveis sobre reivindicações e ação coletiva permite tratar das relações complexas e variáveis entre movimentos sociais e política institucional das seguintes maneiras: primeiro, pode revelar os tipos de atores sociais que tendem a interagir de forma contenciosa com estados, elites e outros atores; segundo, pode mostrar se e como esses atores combinam formas contenciosas de ação coletiva com comportamentos mais convencionais dentro e no entorno das instituições; terceiro, pode indicar mudanças de recursos, oportunidades e restrições associadas às alternâncias entre formas mais ou menos contenciosas de ação coletiva; quarto, pode indicar relações entre as ações desses atores e as de outros durante os mesmos períodos de

35

⁴ Ver McAdam (1982), Olzak (1989a), Tarrow (1989) e Tilly (1995b) sobre discussões metodológicas representativas.

tempo para averiguar a hipótese acima de que ciclos de protesto produzem quadros interpretativos de ação coletiva e uma aceleração da inovação da ação coletiva através de um amplo espectro de grupos sociais; quinto, pode revelar as mudanças nos padrões de ação coletiva que produzem situações revolucionárias e interações entre pessoas poderosas e desafiantes que convertem essas situações em resultados revolucionários.

36

Algumas questões estão na agenda de pesquisa relativa às relações entre movimentos sociais e instituições políticas: Os movimentos sociais estão se assemelhando aos grupos de interesse público? O protesto público tornou-se tão difundido no mundo ocidental que sua aceitação geral rouba sua qualidade disruptiva e, portanto, sua capacidade de estimular respostas? Os processos de globalização criaram uma “aldeia global” de movimentos sociais possibilitando que as teorias criadas no Ocidente possam ser aplicadas a países não ocidentais e nos quais os movimentos sociais transnacionais se formam e escapam às fronteiras do Estado nacional? Essas questões nos levam a dois enigmas finais.

Dois enigmas finais

Pode ter ocorrido ao leitor (ocorreu aos autores há algum tempo!) que muito do que se pensou ao escrever este texto baseou-se até agora nas experiências das democracias parlamentares ocidentais na era do movimento social nacional. Isso significa que os conceitos aqui usados dizem respeito apenas às democracias industriais avançadas do Ocidente? Ou apenas que não foram sistematicamente especificados e operacionalizados para tratar outros períodos ou tipos de regime ou ainda movimentos que transcendem o Estado nacional? Infelizmente, é tal a fragmentação do campo do confronto político que ainda não estamos em condições de propor nem mesmo respostas provisórias a esta indagação, mas gostaríamos de colocar essas questões de forma mais completa.

Lua Nova, São Paulo, 76: 11-48, 2009

Condições de ocorrência do confronto político

Seguindo intuições razoáveis sobre as condições que desencadeiam diferentes tipos de confronto político, os estudiosos de *coups d'État* concentraram sua atenção em países em que as organizações militares gozam de considerável autonomia política; os que estudam revoluções o fizeram em relação às regiões agrárias em vias de se tornar industrializadas e capitalistas; estudiosos de movimentos sociais focalizaram as democracias parlamentares ocidentais; e assim por diante, através de uma variedade de conexões entre temas e casos. Além de tudo, a disponibilidade de evidências e a localização dos estudiosos introduziram um forte viés nos trabalhos existentes sobre confronto político na Europa Ocidental e na América do Norte contemporâneas.

Essas ligações entre localização e temas podem ser apenas acidentes que se relacionam a lugares onde os recursos estão concentrados ou os problemas de pesquisa são observados, mas em princípio, fenômenos como revoluções ou movimentos sociais podem variar de forma tão significativa em sua realização em diferentes tempos e lugares que nenhuma regularidade empírica mereceria extração. Duas questões tornam problemáticas estas “condições de ocorrência”: (1) em que medida as regularidades no confronto político variam no tempo e no espaço e (2) em que medida a atenção desproporcional da literatura à Europa ocidental e à América do Norte produz generalizações enganadoras sobre várias formas de confronto? Os especialistas na Somália, Bósnia, China ou Afeganistão, por exemplo, devem avaliar que generalizações de trabalhos anteriores podem ser transpostas com segurança para suas próprias regiões. Quais as conclusões que dependem tanto das culturas, histórias e reformas políticas peculiares das democracias capitalistas contemporâneas que não seriam válidas fora de suas zonas de origem?

Esta pergunta nos leva a três respostas.

37

Primeiro, não conhecemos as “condições de ocorrência” que deram base às generalizações mais correntes sobre o confronto político, e só podemos descobri-las por meio de uma comparação deliberada e cuidadosa no tempo e no espaço. (Mas certamente não as descobriremos assumindo *a priori* que os países não ocidentais são inherentemente e sempre diferentes do Ocidente, resolvendo com uma proclamação culturalista a questão das “condições de ocorrência”.) Poderíamos supor que modelos de movimentos sociais e de conflitos de classe, baseados na experiência europeia ocidental e suas extensões, falhariam se aplicados fora do âmbito dos estados relativamente centralizados, burocratizados e parlamentarizados, mas só podemos descobrir isso testando-os comparativamente em relação a modelos que tenham surgido da experiência não ocidental (Boudreau, 1995).

Segundo, análises causais sólidas do confronto político oferecem a possibilidade de se descobrir princípios não de uniformidade, mas de variação – que é uma das razões de fazermos trabalho comparativo (Tilly, 1984b). Se, por exemplo, descobrirmos que tanto os fatores desencadeadores como as formas de guerra dependem da organização predominante do poder militar em cada Estado e das relações entre as classes dominantes de Estados potencialmente beligerantes, este achado nos desafiaria a estipular quão diferentes teriam de ser as organizações militares predominantes e as relações internacionais de classe das que observamos para que afetassem os desencadeadores e as formas da guerra. Achados relativos ao impacto da estrutura *variável* de oportunidades políticas sobre o caráter dos movimentos sociais convidam à extração e testagem fora das democracias parlamentares nas quais geralmente estão fundados (Brockett, 1991). Em suma, os contrafactuals que inevitavelmente utilizamos ao explorar fenômenos cuja variação observamos sugerem, sem sombra de dúvida, explicações cujo âmbito poderiam facilmente ultrapassar os limites de

nossas observações correntes. Mais uma vez, podemos apenas tentar.

Terceiro, tanto as “condições de ocorrência” quanto nosso conhecimento atual sobre elas variam seguramente para tipos diferentes de fenômeno. Grupos de interesse, partidos, eleições e venda de influência política quase certamente operam de forma diferente no Camboja ou no Zaire do que o fazem no Canadá ou no Reino Unido. Por esta razão, exportar para algum outro lugar conclusões baseadas na experiência anglo-canadense implica duplo risco. Mas, quando se trata de identidade política, cidadania e nacionalismo, é ao menos possível que esses fenômenos dependam suficientemente de condições mundiais para permitir uma generalização cautelosa pelos continentes, ou por épocas históricas. E isso conduz ao nosso enigma final – a “globalização” dos movimentos.

O mundo em processo de globalização e movimentos transnacionais?

39

Muito do nosso conhecimento sobre confronto político vem não só do Ocidente industrializado como também se refere aos últimos duzentos anos – o auge do que chamamos movimento social nacional. Reconhecemos (e escrevemos sobre isso) as diferenças entre este conjunto de fenômenos e o que o precedeu na história ocidental (Tilly, 1983, 1984a, 1995b; Tarrow, 1994), mas apenas começamos a considerar, com outros especialistas, as implicações para o confronto político do que está sendo chamado de “globalização” da política.

Este não é o lugar para detalhar as várias versões e propriedades da tese da globalização. As suas formas fortes⁵ fazem cinco afirmações:

⁵ As versões mais fortes da teoria são apresentadas pelo cientista político James Rosenau (1990), que vê uma nova fase de crescimento da turbulência global desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e também pelas comunicações do especialista Michael O’Neill (1993), para quem uma nova era de poder transnacional das pessoas foi promovida pela televisão global, fax e mídia eletrônica privada.

Primeiro, as tendências econômicas dominantes no final do século vinte caminharam para uma interdependência econômica internacional.

Segundo, o crescimento econômico dos anos 1970 e 1980 aproximaram os cidadãos do norte e do oeste daqueles do leste e do sul, tornando os últimos mais conscientes de sua desigualdade.

Terceiro, a interdependência econômica global e a relativa pobreza internacional contribuíram para estimular movimentos massivos da população do sul e oeste para o norte e leste. Como os imigrantes não perdem mais o contato com seus países de origem e não podem ter esperanças de obter cidadania, permanecem estrangeiros para sempre.

40

Quarto, as comunicações globais podem estreitar os laços entre o centro e a periferia do sistema mundial. As tecnologias de comunicação descentralizadas e privadas, como os computadores conectados em rede, aceleraram o crescimento das comunicações interdependentes globais.

Quinto, essas mudanças estruturais possuem um concomitante cultural: o de que vivemos num universo culturalmente mais unificado, em que os jovens se vestem da mesma forma, andam nos mesmos *skates*, jogam os mesmos jogos de computador e ouvem o mesmo *rock*.

Essas mudanças resultam na versão mais forte da tese do movimento social transnacional que tem as seguintes características gerais:

Primeiro, as estruturas nacionais de oportunidade política que costumavam estruturar apenas a ação coletiva – e reprimí-la – podem estar diminuindo. O Estado nacional, incubador e centro de movimentos sociais no passado, pode não ser mais o único a restringir ou estimular movimentos. Isso é especialmente verdadeiro nos lugares em que os sistemas políticos nacionais concordaram em compartilhar a soberania – como na Comunidade Europeia – com instituições transnacionais (e, às vezes,

subnacionais) políticas e econômicas emergentes (Marks e McAdam, 1996).

O segundo efeito suposto é o declínio da capacidade dos governos de exercer controle sobre o sistema político nacional.

“A crescente fluidez do capital, do trabalho, das mercadorias, do dinheiro e das práticas culturais enfraquece a capacidade de qualquer Estado particular de controlar os acontecimentos dentro de suas fronteiras” (Tilly, 1995a, p. 1).

Terceiro, a capacidade de apresentar novas formas de ação coletiva também deve estar provavelmente crescendo. Onde a comunicação eletrônica se torna um meio para propagar informações de movimentos, há uma maior capacidade de as pessoas em todo o mundo ganharem mais poder com pouco risco – o que pode ser denominado de “navegação livre na internet” (Tarrow, 1995).

Formas de ação coletiva transnacionais pacíficas e virtualmente institucionalizadas acompanharam esta mudança: do movimento estudantil dos anos 1960 (McAdam e Dieter, 1993) às campanhas pacíficas que se espalharam pela Europa e América do Norte nos anos 1980 (Rochon, 1988), ao movimento ambiental global, que liga os partidos verdes e movimentos que ultrapassam fronteiras nacionais (Dalton, 1994), até as associações não-governamentais que oferecem recursos para proteger os direitos e dar publicidade às injustiças contra os povos nativos da Austrália à América Latina (Brysk, 1993; Yashar, no prelo). Esses grupos transnacionais são cada vez mais relevantes para a política externa e para a política internacional (Keck e Sikkink, 1994; Pagnuco e Smith, 1993).

No entanto, a rápida difusão da informação, a imigração e até a militância podem não ser suficientes para produzir movimentos globais. A história e a teoria do movimento social sugerem alguma cautela. As razões históricas para tal

41

cuidado com a versão forte da tese transnacional podem ser resumidas em dois pontos: em primeiro lugar, a integração da economia mundial não é exatamente nova⁶. E, em segundo, a expansão do capitalismo, as comunicações e as ondas de imigração resultantes difundiram os movimentos de forma muito similar e com objetivos semelhantes por todo o mundo. Basta pensar nas raízes europeia-orientais do movimento dos trabalhadores em vestuário criado nas oficinas opressivas (*sweatshops*) no Lower East Side de Manhattan nos anos 1890; ou nos movimentos socialista e anarquista que foram criados por imigrantes italianos no Chile e na Argentina.

42

Isso nos leva aos achados da teoria do movimento social. Se aprendemos alguma coisa nos últimos 25 anos de pesquisa sobre movimentos sociais é que eles não dependem apenas do interesse ou da oportunidade, mas se formam através de redes sociais nativas nas sociedades domésticas. Afirmamos anteriormente que as pessoas aderem à ação coletiva muito mais devido às redes de pessoas ligadas umas as outras por um laço interpessoal específico do que à organização formal ou incentivos individuais. Os que defendem a tese forte da globalização terão de mostrar que as redes transnacionais (e inevitavelmente distantes) de ativistas têm os mesmos efeitos que as redes face a face e as identidades coletivas resultantes que tinham sido as bases do movimento social nacional.

Nem todos os movimentos prospectivos têm recursos para reagir às forças transnacionais com ativismo proporcional. Vejamos, p.ex., o movimento trabalhista: não fosse por mais nada, pelo simples fato de o capital ter maior mobilidade que o trabalho, os movimentos dos trabalhadores têm sido incapazes de reagir efetivamente à interdependência econômica global que reestruturou o trabalho em todo o mundo (Tilly, 1995a). Até na Europa, onde a União Euro-

⁶ É só dar uma olhada em *Age of Empire*, de Hobsbawm, para concordar com ele que, no centenário das revoluções francesa e americana, o mundo tinha se tornado “genuinamente global” (1987, p. 13).

peia parecia encorajar a cooperação transnacional, o trabalho organizado não conseguiu combinar a taxa de crescimento dos negócios multinacionais com a cooperação através das fronteiras nacionais (Marks e McAdam, 1996)⁷.

É por isso que a versão mais “fraca” do movimento social transnacional pode ser mais plausível do que a forte: ela não afirma que as instituições transnacionais emergentes ou uma expansão da capacidade de comunicação criariam automaticamente movimentos transnacionais, mas que fornecerão novas oportunidades e maiores recursos que podem transformar as redes sociais nativas em movimentos sociais nacionais. De fato, os exemplos mais relevantes não dizem respeito a movimentos globais com capítulos nacionais, mas ao intercâmbio político entre atores aliados cujo contato foi facilitado pela integração econômica global e pela comunicação. Em suma, não sabemos se, no final, a globalização tornará anacrônicos os movimentos sociais nacionais. Se o fizer, suspeitamos que a política institucionalizada, a interação política contínua e as redes sociais nativas continuarão a estruturar a dinâmica do confronto político.

43

Conclusão

Esses são nossos pensamentos preliminares sobre os quatro tópicos que delineamos no início deste texto e que ocuparão nossa atenção nos próximos anos. Eles deixam questões urgentes em aberto. A guerra civil, o genocídio e o conflito entre Estados pertencem ao mesmo universo teórico que os movimentos sociais e as revoluções? A evasão, a fuga e o que James Scott chama de formas diárias de resistência obe-

⁷ Além disso, depender das organizações de movimentos de países industriais avançados não é o melhor caminho para os ativistas dos países do Terceiro Mundo organizarem movimentos nativos. De um lado, porque seus laços com ambientalistas internacionais são frequentemente frágeis ou intermitentes (MacDonald, s.d.). De outro, porque as relações entre dois atores quase sempre favorecem os que têm pericia e acesso ao poder em detrimento dos que vêm para ajudar. Quando os primeiros se vão, seus aliados locais podem se dispersar ou ficar mais vulneráveis à repressão.

decem às mesmas leis que o confronto coletivo manifesto? Quanto e como o confronto coletivo altera as identidades por intermédio das quais as pessoas lidam com suas relações sociais no dia a dia? Trabalhos recentes tornaram tais questões mais urgentes do que nunca, mas as evitamos na esperança de identificar problemas com os quais o conhecimento atual possa lidar mais facilmente.

Então, como convém à topografia atual do terreno intelectual que buscamos atravessar, nossos pensamentos são necessariamente fragmentados, parciais e, esperamos, provocativos. Quisemos compartilhá-los esperando estimular um diálogo contínuo, tanto com nossos colegas do projeto como, de forma mais difusa, com todos que buscam uma compreensão mais profunda da dinâmica do confronto político.

Solicitamos seus comentários e esperamos um intercâmbio prolongado e produtivo. Que comece a conversa!

44

Doug McAdam

é Professor of Sociology na University of Arizona

Sidney Tarrow

é Professor of Government na Cornell University

Charles Tilly

era University Distinguished Professor na New School for Social Research (falecido em 2008)

Referências bibliográficas

- AMINZADE, R. 1993. *Ballots and barricades: class formation and republican politics in France, 1830-1871*. Princeton: Princeton University Press.
- APPLEBY, J. L. H; MARGARET, J. 1994. *Telling the truth about history*. New York/London: Norton.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. 1967. *The social construction of reality*. Garden City, NY: Doubleday & Company, Inc.
- BERLANSTEIN, L. R. 1993. *Rethinking labor history*. Urbana: University of Illinois Press.
- BOUDREAU, V. 1995. Resistance and opportunity in cross-national perspective. City College of New York. Texto não publicado.

Lua Nova, São Paulo, 76: 11-48, 2009

- BROCKETT, C. 1991. "The structure of political opportunities and peasant mobilization in Central America". *Comparative Politics*, nº 23, pp. 253-274.
- BRUBAKER, R. 1995. "National minorities, nationalizing states, and external national 'homelands' in the New Europe: comparative and historical perspectives". *European Studies Newsletter*, nº 25, November, pp. 1-12.
- BRYSK, A. 1993. "Acting globally: Indian rights and international politics in Latin America". In: VAN COTT, D. L. (ed.). *Indigenous peoples and democracy in Latin America*. New York: St. Martin's.
- CALHOUN, C. (ed.). 1994. *Social theory and the politics of identity*. Oxford: Blackwell.
- COHEN, J. L. 1985. "Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements". *Social Research*, nº 52, pp. 663-716.
- COOPER, F. 1994. "Conflict and connection: rethinking colonial African history". *American Historical Review*, nº 99, pp. 1.516-1.545.
- COSTAIN, A. 1992. *Inviting women's rebellion: A political process interpretation of the women's movement*. Baltimore e London: Johns Hopkins University Press.
- CROUCH, C.; PIZZORNO, A. (eds.). 1978. *The resurgence of class conflict in Western Europe since 1968*. 2 Vols. London: Macmillan.
- D'ANIERI, P.; ERNST, C.; KIER, B. 1990. "New social movements". *Historic Comparative Politics*, nº 22, pp. 445-58.
- DALTON, R. J. 1994. *The green rainbow*. New Haven: Yale University Press.
- DELLA PORTA, D. 1995. *Social movements, political violence and the State: a comparative study of Italy and Germany*. New York e Cambridge: Cambridge University Press.
- _____; TARROW, S. 1986. "Unwanted children: political violence and the cycle of protest in Italy". *European Journal of Political Research*, nº 14, pp. 607-632.
- FRANZOSI, R. 1995. *The puzzle of strikes: class and state strategies in postwar Italy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FREEMAN, J. 1973. "The origins of the women's liberation movement". *American Journal of Sociology*, nº 78, pp. 792-811.
- GAMSON, W. 1975. *The strategy of social protest*. Homewood, IL: Dorsey Press.
- GOLDFIELD, M. 1987. *The decline of organized labor in the United States*. Chicago: University of Chicago Press.
- GOLDSTONE, J. 1994. "Groups and individuals in revolutionary collective action". *Rationality and Society*, January.
- _____; GURR, T. R.; MOSHIRI, F. (eds.). 1991. *Revolutions of the late twentieth century*. Boulder, Co.: Westview Press.
- GOODWIN, J. 1994. "Toward a new sociology of revolutions". *Theory and Society*, nº 23, pp. 731-766.

- GOULD, R. V. 1991. "Multiple networks and mobilization in the Paris Commune, 1871". *American Sociological Review*, n° 56, pp. 716-729.
- _____. 1993. "Collective action and network structure". *American Sociological Review*, n° 58, pp. 182-196.
- _____. 1995. *Insurgent identities: class, community, and protest in Paris from 1848 to the Commune*. Chicago: University of Chicago Press.
- HANAGAN, M. P. 1994. "New perspectives on class formation: culture, reproduction, and agency". *Social Science History*, n° 18, pp. 77-94.
- HOBSBAWM, E. 1987. *The age of Empire, 1875-1914*. London: Weidenfeld & Nicolson.
- JENKINS, B.; KLANDERMANS, B. 1995. *Politics and social movements*. Minneapolis e St. Paul: University of Minnesota Press.
- JENKINS, C. 1995. "Social movements, political representation, and the State: an agenda and comparative framework. In: JENKINS, C.; KLANDERMANS, B. (eds.). *Politics and social movements*. Minneapolis e St. Paul: University of Minnesota Press.
- JOHNSTON, P. 1994. *Success while others fail*. Ithaca, NY: LLR Press.
- KECK, M. E.; SIKKINK, K. 1994. Transnational issue networks in international politics. Department of Political Science, Yale University e University of Minnesota. Texto não publicado.
- KOOPMANS, R. 1993. "The dynamics of protest waves: Germany, 1965 to 1989". *American Sociological Review*, n° 58, pp. 637-658.
- KRIESI, H. et al. 1995. *The politics of new social movements in Western Europe: a comparative analysis*. Minneapolis e St. Paul: University of Minnesota Press.
- LICHBACH, M. I. 1995. *The rebel's dilemma*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- MARKS, G.; McADAM, D. 1996. "Social movements and the changing structure of political opportunity in the European Community". *Journal of West European Politics*, forthcoming.
- McADAM, D. 1982. *Political process and the development of black insurgency*. Chicago: University of Chicago Press.
- _____. 1983. "Tactical innovation and the pace of insurgency". *American Sociological Review*, n° 48, pp. 735-754.
- _____. 1986. "Recruitment to high-risk activism: the case of freedom summer". *American Journal of Sociology*, n° 92, pp. 64-90.
- _____. 1988. *Freedom Summer*. New York: Oxford University Press.
- _____; DIETER, R. 1993. "The cross-national diffusion of movement ideas". *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, n° 528, pp. 56-87.

- _____.; RONNELLE, P. 1993. "Specifying the relationship between social ties and activism". *American Journal of Sociology*, n° 99, pp. 640-667.
- MCCARTHY, J.; BRITT, D.; WOLFSON, M. 1991. "The institutional channelling of social movements by the State in the United States". In: KRIESBERG, L. (ed.). *Research in social movements, conflict and change*. Vol. 13. Greenwich CT: JAI Press.
- MELUCCI, A. 1988. "Getting involved: identity and mobilization in social movements". In: KLANDERMANS, B. (ed.). *From structure to action: comparing social movement research across cultures. international social movement research*. Greenwich CT: JAI Press.
- _____. 1989. *Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society*. Philadelphia: Temple University Press.
- MORRIS, A. 1984. *The origins of the civil rights movement*. New York: Free Press.
- O'NEIL, M. J. 1993. *The roar of the crowd: how television and people power are changing the world*. New York: Times Books.
- OLIVER, P. 1989. "Bringing the crowd back". In: KRIESBERG, L. (ed.). *Research in social movements, conflict and change*. Vol. 11. Greenwich CT: JAI Press.
- OLZAK, S. 1989a. "Analysis of events in the study of collective action". *Annual Review of Sociology*, n° 15, pp. 119-141.
- _____. 1989b. *The dynamics of ethnic competition and conflict*. Stanford: Stanford University Press. 34 Mobilization.
- PAGNUCCO, R.; SMITH, J. 1993. "Democracy and foreign policy: political opportunity and peace movement". *Peace and Change*, n° 18, pp. 157-181.
- PERRY, E. 1993. *Shanghai on strike: the politics of Chinese labor*. Stanford: Stanford University Press.
- PIZZORNO, A. 1978. "Political exchange and collective identity in industrial conflict". In: CROUCH, C.; PIZZORNO, A. (eds.). *The resurgence of class conflict in Western Europe since 1968*. London: MacMillan.
- RANCIERIE, J. 1992. *Les mots de l'histoire: essai de poetique du savoir*. Paris: Seuil.
- ROCHON, T. 1988. *Mobilizing for peace: the antinuclear movements in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press.
- ROSENNAU, J. M. 1990. *Turbulence in world politics: a theory of change and community*. Princeton: Princeton University Press.
- SCOTT, J. C. 1990. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven: Yale University Press.
- SEWELL JR., W. H. 1992. "A theory of structure: duality, agency, and transformation". *American Journal of Sociology*, n° 98, pp. 1-29.
- SNOW, D. A.; BENFORD, R. D. 1992. "Master frames and cycles of protest". In: MORRIS, A.; MUELLER, C. M. (eds.). *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press.

- _____ *et al.* 1986. “Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation”. *American Sociological Review*, nº 51, pp. 464-481.
- TARROW, S. 1989. *Democracy and disorder: protest and politics in Italy, 1965-1975*. Oxford e New York: Oxford University Press.
- _____. 1994. *Power in movement*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 1995. Contentious event analysis: event-ful history, event histories and events-in-history. Presented to the Workshop on Collective Action Research, Wissenschaftszentrum/Berlin.
- _____. 1996. “Fishnets, internets, and catnets: globalization and trans-national collective action forthcoming”. In: HANAGAN, M. *et al.* *The past and future of collective action*. Minneapolis: University of Minnesota.
- THOMPSON, E. P. 1964. *The making of the English working class*. London: Gollancz.
- TILLY, C. 1978. *From mobilization to revolution*. Reading, Mass.: Addison-Wesley.
- _____. 1983. “Speaking your mind without elections, surveys or social movements”. *Public Opinion Quarterly*, nº 47, pp. 461-478.
- _____. 1984a. “Social movements and national politics”. In: BRIGHT, C; HARDING, S. (eds.). *Statemaking and social movements: essays in history and theory*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- _____. 1984b. *Big structures, large processes, huge comparisons*. New York: Russell Sage Foundation.
- _____. 1992. “Prisoners of the State”. *International Social Science Journal*, nº 22, pp. 329-342.
- _____. 1993. *European revolutions, 1492-1992*. Oxford: Blackwell.
- _____. 1995a. “Globalization threatens labor’s rights”. *International Labor and Working Class History*, nº 47, pp. 1-23.
- _____. 1995b. *Popular contention in Britain, 1758-1834*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- _____. 1995c. “Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834”. In: TRAUGOTT, M. (ed.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham, N.C.: Duke University Press.
- _____.; TILLY, L.; TILLY, R. 1975. *The rebellious century, 1830-1930*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- TRAUGOTT, M. 1995. “Barricades as repertoire: continuities and discontinuities in the history of French contention”. In: TRAUGOTT, M. (ed.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham, N.C.: Duke University Press
- YASHAR, D. J. 1996. “Indigenous protest and democracy in Latin America”. In: DOMINGUEZ, J. I.; LOWENTHAL, A. (eds.). *Assessing democracy in the Americas*. Baltimore/London: Johns Hopkins University Press.